

O MAPA DA EXCLUSÃO DIGITAL

MARCELO NERI

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV
mcneri@fgv.br*

A Irlanda constituía o melhor exemplo de um país europeu onde a miséria imperava, desde muito tempo. No século 19, cerca de um milhão de irlandeses morreram de fome, desencadeando a onda imigratória em direção aos Estados Unidos. As batatas originárias do novo mundo e transplantadas diretamente às hortas e pratos irlandeses foram vítimas de um misterioso fungo. Como 90% da dieta irlandesa era de batatas, as vítimas

da fome se acumulavam com a velocidade que o fungo se espalhava. Cabe lembrar que a Irlanda fazia parte da nação mais rica do mundo na época, a Grã-Bretanha, o berço da revolução industrial que ficou de braços cruzados.

Da fome irlandesa podemos aprender algumas lições. Em primeiro lugar, solidariedade é fundamental, e não automática. Solidariedade é algo que não se compra na prateleira dos supermercados, e que se desaparece no dia-a-dia das flutuações dos mercados. A criação sem precedentes

de riqueza, como no auge da revolução industrial, pode caminhar lado a lado com miséria crônica. Em segundo lugar, não devemos colocar todos os ovos (ou batatas) na mesma cesta. Em terceiro lugar, cuidado com as coisas que se traz de fora, o que é bom para outros países, não é necessariamente bom para o Brasil. Neste aspecto a discussão recém-suscitada pelo Banco Mundial pode trazer bons frutos brasileiros. Valorizar mais ações como o programa de combate à pobreza mexicano, denominado Progressa (e menos



o *food stamps* americano). O Progressa, além de mais adaptado à nossa realidade cultural e climática, é mais moderno.

Da experiência irlandesa (e mexicana) contemporânea a que eu gostaria de enfatizar é a busca da modernidade na política social. A Irlanda dispõe hoje de um sistema explícito de metas de redução de pobreza e políticas deliberadas de inclusão digital. Os miseráveis querem mais do que políticas miseráveis. O princípio que “de graça até injeção na testa” não deveria se aplicar às políticas públicas ou às ações

privadas. Os pobres apreciam o que é bom e moderno, muito além da imaginação da elite, isto é, nós os leitores de jornal. Um dos melhores exemplos da demanda dos pobres por qualidade foram as iniciativas empresariais de Magic Johnson, o ídolo do basquete que abriu com estrondoso sucesso luxuosas salas de cinema multiplex em subúrbios negros de Los Angeles. A experiência de abertura da franquia de McDonalds na favela da Rocinha no Rio de Janeiro é um exemplo local deste mesmo tipo de fenômeno.

A violência irlandesa, ou nas ações do Exército Republicano Irlandês (IRA), tem sido hoje pacificada. Talvez como fruto de políticas sociais e econômicas de ponta implantadas nos últimos anos. As semelhanças entre as condições de vida e de morte dos irlandeses ilustradas no injustiçado filme “Gangues de Nova York” e as documentadas no filme “Cidade de Deus” são marcantes.

“As maiores fortunas do mundo derivam da nova economia. Agora, como levá-la aos mais jovens e desfavorecidos?”

Pesquisas de opinião apontam a violência e o desemprego como os dois problemas a ocupar mais os corações e mentes dos brasileiros. Marcos Lisboa e Mônica Viegas exploram a relação entre as duas variáveis¹. Eles demonstraram que as condições de desemprego durante a juventude são determinantes da probabilidade de o indivíduo ser vítima de homicídio. Esta probabilidade é maior durante todo o ciclo de vida do sujeito, e não apenas durante a fase que o desemprego está alto. Os jovens tragados por atividades criminosas tendem a não mudar de vida mesmo que a macroeconomia reaja favoravelmente. Estes custos permanentes do desemprego se aplicam

em particular às grandes metrópoles brasileiras que, nos últimos anos, foram, e continuam sendo, o epicentro da nossa crise econômica e social. Nesse sentido, as mudanças na política social, ocorridas na última década, como a expansão da previdência rural patrocinada pela Constituição de 1988, o projeto Alvorada de Fernando Henrique, ou mesmo o Fome Zero de Lula são altamente meritórias mas não compensam este quadro. Pois o bônus das novas ações foi para os grotões de miséria, enquanto o ônus das crises recentes está concentrado nas grandes cidades. Os números do desemprego e da violência brasileira têm a cara dos jovens das periferias. A taxa de desemprego entre 15 e 29 anos é 22,6%, quatro vezes e meia maior do que as do grupo de 35 a 39 anos de idade. Cabe lembrar que a taxa de desemprego dos jovens quadruplicou entre 1989 e 2001.

Apesar do quadro de desespero inercial traçado acima, os novos tempos trazem bons augúrios que talvez permitam à nossa sofrida juventude metropolitana mostrar o seu valor. Em primeiro lugar, a mãe natureza parece ter começado a tomar anticoncepcionais, como consequência teremos menor pressão populacional dos jovens a bater nas portas do mercado de trabalho nos próximos anos. As projeções de Eduardo Rios Neto e André Golgher, do Cedeplar, demonstram redução da população entre 15 e 19 anos ao longo dos próximos quatro anos (taxa de crescimento de -1,5%). Em segundo lugar, está em gestação um novo conjunto de políticas públicas voltadas para o segmento metropolitano, como a criação do Ministério das Cidades, embora com o orçamento reduzido, e o lançamento de programas de primeiro emprego pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Políticas de inclusão digital guardam a promessa de turbinar estas ações. Mal comparando, um programa de primeiro emprego com inclusão digital *versus* um sem, é como um Pentium 4 *versus* um 486. A inclusão digital aumenta a produtividade, não só no posto de trabalho como também no próprio processo de busca de emprego. Hoje, os sistemas de intermediação de mão-de-obra estão na internet.

Ações de inclusão digital representam um canal privilegiado para criação de oportunidades de geração de renda e de cidadania para jovens em plena era do conhecimento. Basta lembrar que na lista das 10 maiores fortunas do mundo a maior parte deriva da nova economia. Estas pessoas partiram de baixo, o que reflete a miríade de oportunidades existentes no tema. As ações da inclusão digital buscam difundir o sucesso obtido na tecnologia de ponta pelos mais desfavorecidos. O analfabetismo digital, ao afetar a capacidade de aprendizado, a conectividade e a disseminação de informações, gera conseqüências virtualmente em todos os campos da vida do indivíduo. O acesso à tecnologia digital pode se dar em várias instâncias: nos lares, no trabalho, nos negócios, nas escolas, nos serviços públicos, etc. A inclusão digital é cada vez mais parceira da cidadania e da inclusão social, ela está presente do apertar do voto das urnas eletrônicas ao uso dos cartões do Bolsa-Escola.

A chamada brecha digital preocupa não apenas porque a distância entre providos e desprovidos de tecnologia digital tende aumentar numa época de forte inovação tecnológica, mas pela oportunidade de diminuir esta desigualdade pelas vias dos ganhos dos mais pobres. Existem poucos diagnósticos e debates no contexto brasileiro sobre o binômio inclusão/exclusão digital, talvez devido ao tardio reconhecimento da importância do tema no escopo das políticas públicas. O último que teve oportunidade de assistir envolvendo todos os assessores dos quatro principais candidatos presidenciais praticamente se restringiu à questão da geração de empregos para as classes média e alta pelas vias da indústria de informática. A discussão raramente envereda pelo acesso às tecnologias pelo lado do usuário ou do pobre seja ele trabalhador, seja ele desempregado ou estudante, seja ele um empresário nanico.

Uma propriedade interessante de ações de inclusão digital, assim como outras políticas voltadas para o público infante-juvenil, é que foco e persistência caminham de mãos dadas com o alto retorno observado. Metade dos miseráveis

brasileiros integra este grupo etário na população. A juventude guarda o futuro da miséria brasileira. Mas enquanto a tecnologia não chega lá...

Não é mera coincidência que o Complexo do Alemão e as favelas da Maré e do Jacarezinho, que ganham destaque nas páginas policiais dos tablóides nacionais, formam o podium da exclusão digital carioca. Nessas comunidades mais de 96% dos domicílios são sem computador contra 41% do bairro da Lagoa que lidera o ranking da inclusão digital doméstica no Rio. Mesmo quando restringimos a análise aos incluídos digitais, aqueles que moram na Lagoa apresentam 6,5 anos a mais de estudo completo e de idade do que dos habitantes das três favelas mencionadas.

“Há sete anos, Rodrigo Baggio teve um sonho habitado por jovens negros usando computadores em favelas. Hoje, 350 mil já foram incluídos digitalmente pelo Comitê para Democratização da Informática”

Rodrigo Baggio teve há sete anos um sonho habitado por jovens negros utilizando computadores em favelas. Não era um sonho num sentido figurativo, como aqueles celebrizados por Martin Luther King (I have a dream) e John Lennon (The dream is over), mas um sonho de verdade. Na manhã seguinte e a cada dia desde então, Rodrigo tratou de tornar este sonho a realidade de cada vez mais jovens. De lá para cá, a ONG chamada Comitê para Democratização da Informática (CDI) formou mais de 350 mil alunos em 19 estados brasileiros e 11 países. O começo da história foi no Morro Dona Marta, uma favela carioca.

Regularidades empíricas quando robustas ganham o nome de lei. Da mesma forma que engenheiros tiram partido da lei da gravidade para impulsionar as turbinas de hidroelétricas, empreendedores sociais, como Rodrigo Baggio, utilizam a lei de Moore para impulsionar a inclusão digital. Moore averiguou que durante os últimos 30 anos a unidade de potência dos computadores dobra a cada 18 meses. Isto significa que um computador de última geração adquirido hoje vai valer muito pouco, dentro de pouco tempo. O baixo preço de revenda abre espaço para doações de computadores. Complementarmente, pesquisas de mercado revelam à luz da sociologia que o símbolo de status na nova sociedade está no consumo conspicuo de itens de saúde e estética, como academias de ginástica e produtos eletrônicos, em especial o computador. Portanto, cuidado, se você está gordinho com um notebook wireless defasado, certamente não passará no teste da praia.

A alta obsolescência tecnológica, ou sociológica, dos computadores leva à possibilidade de doação de equipamentos em bom estado. Agora a doação digital tem de ser incentivada. Caso contrário ficamos com estas máquinas infernais paradas, juntando pó em nossas casas ou escritórios, quando poderiam dar asa à vida de jovens. De acordo com a Pesquisa de Padrões de Vida (PPV/IBGE), de 1996, apenas 4,6% dos computadores foram adquiridos por doação. O mercado não sonha o bem comum, a sociedade necessita de utopias. É preciso campanhas de doação de computadores em massa, como a do Natal Sem Fome sonhada por Betinho a mais de uma década. Sugestão: uma campanha natalina com o jingle troque seu computador e doe o velho para uma criança pobre, sem parentes, sem carinho, sem rango, sem cobre; deixe na história da sua vida uma notícia nobre (com música de Eduardo Dusek ao fundo). 

¹Richard Freeman mostra que se incorporássemos à relativamente baixa taxa de desemprego americana o contingente de presidiários a mesma mudaria de patamar, ficando mais próximas das congêneres européias.



Combatendo o *apartheid* digital

O Mapa da Exclusão Digital estabelece uma plataforma para análise de medidas de inclusão digital a fim de balizar ações estratégicas por parte de instituições da sociedade civil e dos diversos níveis de governo, proporcionando uma perspectiva de atuação integrada com outras que visam combater a miséria, a desigualdade e elevar o nível de bem-estar social de maneira sustentável. Buscamos motivar o debate em nível nacional e local contra o chamado apartheid digital. O Comitê para Democratização da Informática (CDI) foi o idealizador dessa iniciativa desenvolvida pelo Centro de Políticas Sociais (CPS) da FGV. O apoio financeiro foi dado pela Sun Microsystems, pela Usaid e pela própria FGV. O site www.fgv.br/cps contém 527 Mb de informação com mapas, tabelas e análises sobre o tema. Este acervo de informações permite ao cidadão comum enxergar a exclusão digital no país, cidade ou mesmo no seu bairro, desde uma perspectiva própria.

O trabalho traça perfis nos diversos segmentos da sociedade da extensão do acesso, dos determinantes e conseqüências da tecnologia de informática, dando seqüência a outros estudos da FGV no tema. A EAESP/FGV em São Paulo já realiza Pesquisa Anual de Informática e a Pesquisa de Comércio Eletrônico no Mercado Brasileiro coordenadas pelos professores Fernando Meirelles e Alberto Albertin que disponibiliza informações e análises de acesso das empresas à tecnologia digital. Estas pesquisas, aliadas a estudos de casos de iniciativas do terceiro setor, feitos por Peter Spinks e sua equipe, se complementam na cobertura do que pode ser chamado nas iniciativas de inclusão digital na sociedade civil organizada, aí incluindo o setor privado corporativo. Mais recentemente, Marco Aurélio Rudiger, da EBAPE/FGV, iniciou pesquisa sobre e-gov e transparência estatal, trilhando pela tradição de excelência da escola no setor governamental. O CPS/IBRE/FGV centra no estudo seus esforços no uso das informações domiciliares e escolares. Assim, o CPS dá seqüência a sua tradição de processamento de microdados para análise de temas ligados à inclusão social. Neste sentido, ao utilizarmos domicílios e escolas como principal canal de abordagem concluímos o programa de pesquisas da FGV na área de inclusão digital.

